

Macabéa

Revista Eletrônica do Netlli, Volume 5, Número 2, Jul.-Dez. 2016

RECONCILIANDO PROPOSTAS LEXICALISTAS PARA A DERIVAÇÃO REGRESSIVA



RECONCILING LEXICALIST APPROACHES TO BACKWARD FORMATION

Maurício Sartori RESENDE (UNICAMP)

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [OS AUTORES](#)

RECEBIDO EM 01/02/2017 • APROVADO EM 09-03-2017

Abstract

This paper presents a discussion on the lexicalist approaches to the word formation process so-called backward formation. In order to that, the present analysis discusses problems and succeed outcomes of the widespread proposals found in the literature on nominalizations, taking on account phonological, morphological and semantic properties. Moreover, anchored on lexicalist assumptions, this study acknowledges an alternative view to them. The proposal of this paper parts from a trial of reconciling some widespread analyses, and ends by presenting a new one, which appears to be more satisfactory, and to reach a greater number of linguistic phenomena involved around the characterization to this kind of deverbal noun, in both morphophonological and semantic levels

Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão acerca dos tratamentos lexicalistas para a caracterização do processo de nominalização tradicionalmente chamado de derivação regressiva. São discutidos êxitos e problemas de cada proposta, levando em conta propriedades fonológicas, morfológicas e semânticas. Finalmente, ancorado em pressupostos lexicalistas, este estudo propõe uma análise alternativa àquelas encontradas na literatura. A análise defendida neste artigo parte de uma tentativa de reconciliação

entre tratamentos já bastante difundidos e termina por apresentar uma proposta que se pretende mais satisfatória e abrangente acerca dos fenômenos linguísticos, tanto no nível da morfofonologia quanto no nível da semântica, envolvidos na caracterização desse tipo de nome deverbal. Palavras-chave: nominalização; derivação regressiva; nome deverbal.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Nominalization; backward formation; deverbal nouns.

PALAVRAS-CHAVE: Nominalização. Derivação regressiva. Nome deverbal.

Texto integral

INTRODUÇÃO

A tradicionalmente¹ chamada derivação regressiva talvez seja, para o português, o processo morfológico de formação de palavras que apresenta maior número de controvérsias na literatura linguística no que tange à sua caracterização. Primeiramente porque não há um consenso a respeito da natureza desse fenômeno, isto é, não é consenso que o que ocorre é, de fato, uma regressão. Em segundo lugar, porque o que alguns autores chamam de derivação regressiva contempla às vezes mais de uma operação morfológica formadora de palavras.

Outro problema subjacente à caracterização desse fenômeno é o de que seu estudo *lato sensu* pode remeter a abordagens diacrônicas, como ocorre em grande parte das gramáticas normativas e manuais escolares, o que é metodologicamente indesejável, já que não se espera que, em um recorte sincrônico, os falantes nativos do português disponham de um conhecimento refinado e detalhado acerca da história do léxico da sua língua. De todo modo, a maioria dos linguistas concorda que o conhecimento diacrônico da língua nem sempre é suficiente (e, em alguns casos, necessário) para entender os fenômenos linguísticos sincrônicos.

Pondo de lado essas questões, um estudo sobre o fenômeno da derivação regressiva tem que lidar inevitavelmente com o problema da direcionalidade de formação, ou seja, dado um par verbo/nome tal como *falar/fala* qual é primitivo, qual é derivado. Uma consequência direta da determinação da direcionalidade de formação é a possibilidade de separação entre nomes morfológicamente básicos – aqueles que não possuem sufixos derivacionais e só apresentam uma leitura nominal – e nomes deverbais – aqueles que possuem algum tipo de recurso derivacional e carregam, pelo menos, uma leitura verbal. Além disso, o estabelecimento de critérios que possibilitam separar nomes deverbais de nomes morfológicamente básicos – formadores de verbos denominais – determina se essa separação é, de fato, relevante.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é discutir vantagens e desvantagens das principais (e mais bem difundidas) análises morfológicas para a derivação regressiva tradicional e, posteriormente, apresentar uma proposta alternativa àquelas encontradas na literatura; proposta esta que pretende reconciliar algumas ideias a respeito do fenômeno, mas, por outro lado, propor um tratamento morfológico que dê conta, de maneira mais abrangente e mais satisfatória, dos fenômenos envolvidos nesse processo de derivação.

1. Derivação regressiva como nominalização



Cunhado para estabelecer contraste com a derivação progressiva, isto é, aquela que agrega um elemento ao item derivado, o termo “derivação regressiva” nomeia um processo em que a forma derivada é menor do que a forma derivante e, por isso, parece haver uma regressão na forma da palavra. Desse modo, essa caracterização levou alguns autores a contemplarem diferentes operações morfológicas sob o mesmo rótulo, motivados somente pela percepção de que o vocábulo derivante sofreu algum tipo de redução na sua forma (fonológica), o que originou uma nova palavra.

Uma dessas operações formadoras de palavras novas que comumente recebe esse rótulo é aquela em que ocorre uma reanálise da estrutura interna da palavra, fazendo com que uma determinada parte dela seja reinterpretada e, então, substituída ou apagada (BASÍLIO, 1987; KHEDI, 1992; SANDMANN, 1992). A esse fenômeno, Spencer (1991) chama de retroformação (*backward formation*). Exemplos clássicos encontrados na literatura para o português são os nomes primitivos *sarapão*, *frangão* e *gajão* que, devido a uma reanálise da sua estrutura, tiveram sua terminação interpretada como aumentativo, derivando nomes como *sarampo*, *frango* e *gajo* respectivamente.

Além desta, outra operação morfológica que alguns autores, entre eles Sandmann (1989), chamam de derivação regressiva² é aquela em que a palavra derivante sofre perda de conteúdo, algumas vezes fonológico (como em *delega* de *delegado*) e, outras, morfológico (como em *foto* de *fotografia* e *pós* de *pós-graduação*). Não é objetivo deste estudo discutir esses outros processos nem tampouco se comprometer com uma ou outra análise; contudo, é importante ter claro que eles existem e que alguns autores consideramos igualmente como processos morfológicos distintos da derivação regressiva. Para Basílio (1987) e Khedi (1992), com *foto/fotografia*, está-se diante de um processo de abreviação e, para Rocha (1998), em *delega/delgado*, há um exemplo de truncamento.

Pondo de lado esses casos, o fenômeno morfológico que consensualmente tem aparecido na literatura como instância de derivação regressiva diz respeito ao processo de nominalização que caracteriza a formação de um nome a partir de um verbo (conforme a análise tradicional) mediante retirada da terminação de infinitivo seguida do acréscimo de uma vogal temática nominal, obtendo um nome derivado, como no par *cortar/corte*.

Tradicionalmente “nominalização” tem se referido ao processo de transformação de um verbo em um nome, mas diante de um par como *cortar/corte*, não há transparência na afirmação de se há uma nominalização via derivação regressiva (nos termos recém apresentados) ou se o processo em questão cria um verbo a partir de um nome via derivação sufixal (em que *corte* originaria *cortar* mediante adjunção do sufixo de infinitivo).

As gramáticas normativas dispõem de um critério semântico para tentar estabelecer com qual operação se está lidando: se o nome denotar uma ação, deriva do verbo; se denotar um objeto ou uma substância, lhe é derivante. Seguindo esse critério, com *falar/fala*, está-se diante de uma derivação regressiva, mas com *martelar/martelo*, de uma derivação sufixal. Isso porque *fala* denota uma ação e *martelo*, um objeto.

Já se tornou lugar-comum nas pesquisas em Morfologia³ mostrar inconsistências desse critério e os problemas que dele emergem, bem como listas de exemplos que escapam a essa caracterização semântica. Ainda assim, cabe tecer alguns comentários a respeito dessas inconsistências e, a partir delas, das questões que ficam em aberto.

A primeira inconsistência apontada na literatura diz respeito ao fato de que existem nomes deverbais que não denotam nem ação, nem objeto, nem substância, como é o caso de *demora* e *atraso*, por exemplo. Como aponta Lobato (1995), tal problema já era esperado uma vez que os próprios verbos que deram origem a esses nomes, *demorar* e *atrasar* respectivamente, não denotam ação, assim como muitos outros verbos da língua.

Além disso, denotar uma ação ou um objeto não é um critério consistente porque a maioria dos nomes deverbais possui tanto uma interpretação nominal (a de “substância”) quanto verbal (a de “ação”), usando termos tradicionais, como pode se observar nas

sentenças em (1). Em (1a), *almoço* tem interpretação nominal uma vez que a denotação é a do “objeto”, da “substância” de que consiste a refeição; por outro lado, em (1b), *almoço* faz referência ao processo, à ação, ao evento de almoçar – tanto que é possível marcá-lo temporalmente por meio do adjunto às *11h* – como segue.



- (1) a) O almoço do João foi bife com batata frita (interpretação nominal).
b) O almoço do João iniciou às 11h (interpretação verbal).

Uma vez que essa é uma propriedade geral da língua, Gamarski (1988) lança mão de critérios para determinar a direção do processo de formação de nomes deverbais (e/ou de verbos denominais) que esteja desprendida de critérios unicamente semânticos. A autora faz referência a uma propriedade morfológica, mostrando que existem determinados prefixos que só se combinam com bases verbais; logo, o fato de aparecerem em nomes é uma evidência de que estes derivaram de verbos. A coluna (2a) contém nomes que apresentam o prefixo *re-* (que indica repetição) e a (2b), nomes com o prefixo *des-* (indicando inversão).

(2) a) [reenvio] _N	b) [desconto] _N
[reingresso] _N	[descarrego] _N
[reencontro] _N	[desembrulho] _N
[reconquista] _N	[desmame] _N

Nessas duas colunas, a ideia de repetição e inversão (respectivamente) encontrada nos nomes é resultado da presença do prefixo, que foi adjungido ao vocábulo antes de sua transformação de verbo em nome. Uma evidência disso é a incompatibilidade desses prefixos com formas nominais morfológicamente básicas (ou primitivas), como se vê em (3) e (4).

- (3) a) [página]_N → *[repágina]_N
b) [endereço]_N → *[reendereço]_N
- (4) a) [motivo]_N → *[desmotivo]_N
b) [chave]_N → *[deschave]_N

Entretanto, ao observar os exemplos em (5), é possível constatar que, embora esses prefixos não sejam compatíveis com nomes morfológicamente básicos, eles podem adjungir-se a verbos denominais e, posteriormente, aparecerem em suas respectivas formas deverbais, o que é visto nos exemplos que seguem.

- (5) a) [página]_N → [paginar]_V → [repaginar]_V → [repaginação]_N
b) [endereço]_N → [endereçar]_V → [reendereçar]_V → [reendereçamento]_N
c) [motivo]_N → [motivar]_V → [desmotivar]_V → [desmotivação]_N
d) [chave]_N → [chavear]_V → [deschavear]_V → [deschaveamento]_N

Além disso, Gamarski (1988) assume que determinadas propriedades semânticas dos verbos aparecem em seus nomes derivados, mas não em outros nomes lexicalmente relacionados. Por exemplo, nomes que denotam iteração derivam de verbos iterativos⁴, que, por seu turno, derivam de nomes morfológicamente básicos que não apresentam esse aspecto semântico. Assim, na coluna (6a), há os nomes morfológicamente básicos; em (6b), os verbos denominais correspondentes com sentido iterativo; na coluna (6c), nomes deverbais que mantêm o sentido de iteratividade.

(6) a) [faro] _N	b) [farejar] _V	c) [farejo] _N
[festa] _N	[festejar] _V	[festejo] _N
[gota] _N	[gotejar] _V	[gotejo] _N

Esses exemplos constituem outra evidência para apontar a direção do processo de formação dessas palavras. Os nomes morfológicamente básicos, como os da coluna (6a), não apresentam interpretação verbal, apenas nominal; por outro lado, os nomes da coluna (6c) podem apresentar tanto uma interpretação verbal quanto nominal.

Gamarski (1988) estende esse critério semântico e propõe que nomes derivados regressivos são aqueles que compartilham propriedades semânticas dos verbos dos quais derivam. Assim, partindo de Gamarski, o presente trabalho assume que é condição necessária a um nome derivado regressivo conter, pelo menos, uma leitura verbal (ainda que possa ter também uma leitura nominal). Sendo assim, qualquer análise morfológica para a determinação da direcionalidade da formação deve levar em conta a interpretação (verbal) do nome derivado; sem perder de vista as pistas morfológicas adicionais (como a possibilidade de prefixação) que indicam a direção da derivação.

A respeito dessa interpretação verbal, um comentário adicional deve ser feito: ter uma interpretação verbal não significa exatamente ter uma interpretação eventiva (abstrata); pode ser o caso que o verbo dê origem a um nome deverbal concreto. A respeito disso, Rocha (1999), entende que uma nominalização *lato sensu* é aquela que denota um instrumento, um lugar ou um agente de uma base verbal V (como, por exemplo, *cortador* de *cortar*; *fumódromo*, de *fumar*; *construtor* de *construir* etc.) e uma nominalização *stricto sensu* denota ato, efeito, processo, estado ou evento de uma base verbal V. Sendo esse o caso, as nominalizações *lato sensu*, por exemplo, têm geralmente interpretação concreta mesmo que sejam evidentemente derivadas do verbo (o que pode ser constatado pela presença dos sufixos nos exemplos recém-mencionados).

2. Sobre a interpretação verbal nos nomes deverbais

Como já referido, a maioria das gramáticas tradicionais utiliza um critério semântico para determinar a direcionalidade da formação; contudo, como já mostrado, denotar ação ou substância é uma categorização inconsistente, já que, como mostra Lobato (1995), existe um número relativamente grande de nomes que não denotam nem ação e nem substância/objeto e, além disso, como mostra Basílio (1980) a maioria dos nomes derivados de verbos pode ter tanto uma leitura concreta quanto abstrata. A respeito disso, interessante é o fato de que essa ambiguidade processo/produto não é uma propriedade exclusiva dos derivados regressivos (mesmo para as nominalizações *stricto sensu*), como mostra, por exemplo, o par de sentenças em (7).

- (7) a) A construção desse prédio levou cinco meses para terminar (leitura verbal).
 b) Essa é a mais bela construção desta rua (leitura nominal).

Ao observar os exemplos em (7), é possível constatar que essa possibilidade dupla de interpretação não é exclusividade dos derivados regressivos e que, portanto, não é uma característica resultante da dificuldade em determinar a direcionalidade da formação, já que nos casos que envolvem sufixo fonologicamente visível, como *-ção*, a direção do processo é evidentemente deverbal. Assim, para capturar a leitura verbal que deve aparecer nos derivados regressivos, mas, por outro lado, deve estar ausente nos nomes morfológicamente básicos (como aqueles em (6a)), surgiram na literatura propostas bastante diversas entre si, mas com um denominador comum que pudesse captar a duplicidade de interpretação.

Lobato (1995), por exemplo, critica a análise tradicional de que um derivado regressivo é formado através da retirada da desinência de infinitivo do verbo seguida da adjunção de uma vogal temática nominal e propõe que nomes com leitura verbal derivem dos verbos, de maneira indireta; para a autora, a derivação regressiva disporia de uma Regra de Análise Estrutural⁵ (doravante RAE⁶), e por meio desta, obter-se-ia o radical do verbo, e é a esse radical que é adicionada uma vogal temática, formando um nome deverbal sem morfologia derivacional. Essa projeção a partir de um verbo garantiria ao nome a interpretação verbal presente nos derivados regressivos. Assim, para Lobato (1995), a relação entre *criticar/crítica* pode ser vista em (8).

- (8) critic- (agente, tema) → [[[critic]a]r]_v/[[[critic]a]_N

Para a autora, a hipótese de que nomes deverbais regressivos e seus verbos correspondentes advêm de um radical comum tem duas vantagens principais: a primeira é refletir mais adequadamente o fato de que o nome não deriva diretamente do verbo, pois se assim fosse, seria de se esperar que a vogal temática do nome fosse a mesma vogal temática do verbo, o que não é verdade, como em *empatar/empate* e *gritar/grito* etc.

Uma segunda vantagem seria poder explicar a existência de nomes derivados regressivos para os quais não existem verbos correspondentes na língua; os exemplos citados por Lobato (1995) são de *Grande Sertão Veredas* de Guimarães Rosa, tais como *alopro*, *ferreiro*, *avejo*, *careteja*. A formação desses nomes deverbais regressivos vem da possibilidade de postular a existência de um verbo potencial na língua e projetar, a partir dele, o radical do qual se origina um nome regressivo. Assim, com esse radical, seria possível posteriormente formar o verbo correspondente.

É verdade que essa proposta fornece tratamento para questões empíricas importantes desse processo, tal como a não coincidência entre a vogal temática verbal e a nominal, e também para projeção de papéis temáticos que adviria do radical e seria projetada tanto no nome (com leitura verbal) quanto no verbo; todavia, além de ser pouco parcimoniosa, já que lança mão de várias operações, a análise de Lobato falha em dois aspectos fundamentais.

O primeiro é a perda da generalização já que esse tratamento versa somente sobre os derivados regressivos e, como foi mostrado em (7), a ambiguidade processo/produto é uma característica de nomes deverbais (também) com sufixo fonológico. Um segundo problema seria o de que existem nomes deverbais que não possuem leitura verbal eventiva (que pudesse reproduzir adequadamente a grade

temática verbal) como, por exemplo, *intérprete* de *interpretar*, *penetra* de *penetrar*, *servo* de *servir* (nomes agentivos), e igualmente *custo* e/ou *custa*⁷ que derivam do verbo *custar*, mas não denotam *ato* de *custar*.

Um outro tratamento morfológico encontrado na literatura para a derivação regressiva toca à sua caracterização como sufixação zero. O principal argumento dos autores que advogam em favor dessa hipótese, para incluir esse processo no campo da sufixação⁸, respeita ao fato de que, a rigor, os nomes derivados regressivos compartilham das mesmas propriedades de nomes deverbais formados por outros processos de sufixação, tais como a ambiguidade processo/produto e a possibilidade de preservação da grade temática do verbo.

Além disso, alguns dos trabalhos defensores da sufixação zero⁹ (ROCHA, 1998, 1999) atestam que se ganha certo grau de previsibilidade teórica ao entender todos os processos de nominalização do português como fruto de sufixação (ainda que nesse caso, sufixação zero, ou seja, fonologicamente nula), pois se estaria revelando um padrão geral de nominalização, no que tange a, pelo menos, sua direção, como mostram, por exemplo, os exemplos em (9)¹⁰.

- (9) a) [patrulhar]_V → [patrulhamento]_N ou [patrulha]_N
 b) [agitar]_V → [agitação]_N ou [agito]_N
 c) [desmatar]_V → [desmatamento]_N ou [desmate]_N
 d) [improvisar]_V → [improvisação]_N ou [improviso]_N

Na análise de Rocha, não faz mais sentido falar em derivação regressiva, uma vez que a direcionalidade da formação deverbal é igualmente progressiva; para o autor, a Regra de Formação de Palavra (doravante RFP) desse processo é como a que aparece em (10).

- (10) [patrulhar]_V → [[patrulhar]_V Ø]_N

Essa proposta tem a vantagem de poder explicar o compartilhamento das propriedades semânticas entre verbos e nomes deverbais; além disso, essa análise ganha em parcimônia e generalização ao propor que há, em português, um único padrão derivacional para a formação de nomes deverbais, a saber, a sufixação (seja ela nula ou fonologicamente visível); porém, a proposta de Rocha não traz discussões nem tampouco apresenta uma caracterização a respeito da vogal temática nessa RFP, ainda que seus exemplos ilustrem a não coincidência entre a vogal temática verbal e nominal.

Finalmente, e talvez por essa mesma razão, não faz menção a fenômenos morfofonológicos que são vistos nesses processos como, por exemplo, nomes como *floreio*, *bloqueio*, *passeio*, *rodeio*, *sorteio* etc., em que há um /i/ ausente no radical (e naturalmente no sufixo), mas que aparece no nome – fenômeno igualmente não contemplado nas propostas de Gamarski (1988) e Lobato (1995). Isso porque, como já referido, a caracterização da derivação regressiva tem que tratar tanto dos aspectos semânticos quanto dos morfológicos.

3. Sobre a vogal temática dos nomes deverbais

Em algumas Gramáticas Tradicionais, no que concerne aos aspectos estritamente morfológicos da derivação regressiva, a maioria dos autores considera a vogal adjungida ao radical como vogal temática; entretanto, Cegalla (2008), diferentemente da maioria dos gramáticos (e dos linguistas), propõe que o que ocorre é a retirada da terminação infinitiva do verbo seguida do acréscimo de desinências nominais (-a, -e ou -o) como no esquema representado em (11) para o verbo *falar*.

$$(11) [falar]_V \cancel{D}_{ar} DN_a \rightarrow [fala]_N$$

Nesse esquema, D é desinência, N é nominal e I é infinitivo. O autor define desinência como a terminação da palavra que indica sua flexão; no caso dos nomes, singular e plural; masculino e feminino. Essa postulação tem como consequência o fato de que, para Cegalla (2008), a terminação de um nome deverbal regressivo consiste na flexão de um nome na sua forma singular e/ou na forma masculina/feminina.

Os nomes derivados regressivos são femininos se terminados em -a e masculinos se terminados em -o ou em -e; no entanto, há evidências morfológicas na língua para tomar uma posição contrária à de Cegalla (2008) e assumir que a vogal final não é uma flexão de gênero, pois esse tipo de nome deverbal segue o padrão morfológico geral do português que prevê que nomes terminados em -a são femininos e nomes que terminam em -o são masculinos. Quanto aos nomes que terminam em -e, eles podem ser, como observa Bechara (2009), tanto masculinos quanto femininos, embora, no caso desse tipo de deverbal, eles são majoritariamente masculinos¹¹.

Todavia, esses padrões não dizem respeito à flexão de gênero, mas sim, à distribuição dos nomes em duas classes morfológicas distintas, as quais se reconhecem quando seus determinantes e adjetivos, via sintaxe, concordam com ele em gênero (e número). Camara Jr. (1970) esclarece a questão da marcação do gênero em português que é comumente mal interpretada pelos gramáticos e apresenta uma generalização que prescinde dos critérios tradicionais incoerentes. Para o autor, gênero é uma distribuição dos nomes em duas classes mórficas (como as conjugações são para os verbos) e que não mantém relação com seu significado lexical. Todos os nomes, quer seus referentes denotem sexo quer não, são distribuídos nessas duas classes – do português – masculino e feminino, e essa distribuição não coincide com indicação de sexo.

Para Camara Jr. (1970), a flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes, e ocorre apenas para distinguir certas qualidades semânticas, como distinção de sexo. Para os demais nomes, não se trata de flexão de gênero; portanto, seguindo o autor, a terminação dos nomes, como em (11) – ou mesmo para pares como *a custa/o custo* de *custar* e *a troca/o troco* de *trocar* – a vogal final não constitui uma desinência de gênero, já que, mesmo para os exemplos em que há formas nominalizadas masculinas e femininas para o mesmo verbo, não há flexão (de gênero).

Pondo de lado a análise de Cegalla (2008), a maioria dos outros tratamentos considera que a vogal final dos derivados regressivos é uma vogal temática, isto é, essas propostas tomam a derivação regressiva como um processo em que ocorre a adição das vogais temáticas -a, -e e -o ao radical do verbo – o qual foi extraído de um infinitivo verbal. Para alguns gramáticos, como Luft (2002) e Cunha & Cintra (2007), essa RFP poderia ser ilustrada por (12) com o verbo *falar*, para obtenção de *fala*.

$$(12) [falar]_V \cancel{D}_{ar} VT_a \rightarrow [fala]_N$$

Além disso, esse tipo de análise tem caracterizado como temática a vogal à qual se adjungem as desinências flexionais – no caso dos nomes, de gênero e de número. Assim, assumindo que deverbais regressivos não têm flexão de gênero, mas, por outro lado, podem apresentar desinência de número, uma análise morfológica possível para *gritos* pode ser vista em (13) – em que R é radical, VT é vogal temática e DN, desinência de número.

$$(13) [R_{\text{grit}} VT_o DN_s]N$$

De todo modo, na literatura, a adição da vogal temática não diz respeito a um processo de derivação e, seguindo a tradição, ela se adjunge ao radical do verbo para que seja possível adicionar desinências flexionais. Mais especificamente, para autoras como Gamarski (1988) e Lobato (1995), a adição da vogal temática nominal só é necessária para respeitar restrições fonológicas e morfofonológicas do português, que preveem que um radical (geralmente terminado em consoante) não pode ocorrer como forma livre na língua, ainda que com uma interpretação nominal.

Disso segue a consequência de que a vogal temática nominal, em última análise, só serviria para adequar o radical do verbo a uma forma possível na língua, o que seria uma boa explicação para a sua imprevisibilidade, uma vez que, a princípio, não haveria motivações morfológicas ou fonológicas que preconizassem o emprego de determinada vogal em detrimento de outra na formação desses nomes.

No entanto, a existência de nomes deverbais como *floreio*, *rodeio* etc. constitui um argumento contra a ideia de que a vogal temática só serve para impedir que radicais que violam as restrições fonotáticas do português ocorram como formas livres, já que, ao considerar *rodear*, cujo radical é *rode-*, não haveria motivações (fonológicas ou morfofonológicas) para que a forma derivada (regressiva) fosse *rodeio* e não *rodo*, *rode* ou até mesmo *roda*. Isso porque, sendo *rode-* um radical terminado em vogal, a inserção de uma nova vogal seria desmotivada. O mesmo ocorre com *floreio*, *sorteio*, *passeio*, *bloqueio* etc.

Paralelamente a esse problema, ao tratar, por exemplo, um nome como *grito* (ou *fala*) simplesmente como [radical + vogal temática], no limite, estar-se-ia atribuindo aos nomes deverbais a mesma caracterização morfológica de nomes como *galo* e, como já mencionado, uma proposta para essa derivação deveria representar morfológicamente, de alguma maneira, a possibilidade de leitura verbal e diferenciá-la de um nome com leitura exclusivamente nominal.

Nesse sentido, Monteiro (2002) propõe que a derivação regressiva, na verdade, consiste de uma derivação por sufixo zero, na qual um sufixo derivacional \emptyset se põe entre o radical do verbo e a vogal temática do nome, como exemplificado em (14).

$$(14) [cortar]_V \rightarrow [[cort-] \emptyset -e]_N$$

A proposta de Monteiro apresenta um tratamento diferente para a derivação regressiva que contrasta inclusive da análise de Rocha (1998, 1999). A vantagem dessa proposta é a de que o autor entende que na estrutura morfológica dos nomes deverbais deve haver algum recurso (ainda que fonologicamente nulo) que diferencie nomes com interpretação verbal de nomes com interpretação unicamente nominal.

No entanto, a hipótese de Monteiro (2002) tem a desvantagem de não incluir a derivação regressiva em um padrão geral derivacional, pelo menos, no que tange às

nominalizações em português. Adicionalmente, uma vez que o autor não faz referência explícita à direcionalidade da formação, mesmo com a presença do sufixo zero, não haveria motivos para atribuir a interpretação verbal unicamente a um radical – como já foi argumentado na direção oposta à análise de Lobato (1995).

4. Uma proposta lexicalista alternativa para a derivação regressiva

Como já mencionado, a derivação regressiva talvez seja, para o português, o processo de nominalização com maior número de controvérsias na literatura. Tal afirmação pode ser inclusive constatada tendo em vista o grande número de tratamentos diversificados para tal operação. Ainda assim, o presente trabalho procurou mostrar que as análises lexicalistas – mesmo as com maior sucesso – falham ao tratar de um ou de outro fenômeno subjacente à formação desse tipo de nome deverbal e, como já referido, um tratamento adequado para a derivação regressiva deve levar em conta tanto os aspectos morfológicos quanto fonológicos e semânticos do processo.

Por essa razão, este estudo pretende propor um tratamento lexicalista alternativo àqueles apresentados anteriormente e mostrar que este é mais satisfatório do que os demais. De todo modo, intitular essa proposta como “uma reconciliação” equivale a dizer que a maneira como algumas características da derivação regressiva foram tratadas em outros trabalhos estão parcialmente adequadas.

Este trabalho entende que a RFP mais adequada para a formação de nomes como fala, corte e grito é aquela apresenta em (15), em que BV significa base verbal; SD, sufixo derivacional e VTN, vogal temática nominal.

- (15) a) $[BV_{fala} SD_{\emptyset} VTN_a]_N \rightarrow [fala]_N$
 b) $[BV_{corta} SD_{\emptyset} VTN_e]_N \rightarrow [corte]_N$
 c) $[BV_{beija} SD_{\emptyset} VTN_o]_N \rightarrow [beijo]_N$

Primeiramente, esta análise está de acordo com Rocha (1998, 1999) ao entender que a forma que serve de base para a derivação de um nome deverbal é um complexo morfológico composto por [radical + vogal temática (verbal)] e a esta, se adjunge um sufixo derivacional (sem conteúdo fonológico). Como apontado anteriormente, essa caracterização tem a vantagem de poder capturar a interpretação verbal (mesmo a de agente, instrumento etc.) já que o nome foi formado a partir de uma base verbal – diferentemente do que propõem Lobato (1995) e Monteiro (2002).

Além disso, uma segunda vantagem para esse tratamento é a de postular um padrão morfológico geral para a formação de nomes deverbais do português, já que isso ocorre também com nominalizações sufixadas (com conteúdo fonológico), tais como *realização*, *pensamento*, *lavagem* etc., em que o sufixo está justamente adjungido à base verbal, isto é, radical e vogal temática (verbal). Nesse sentido, a derivação regressiva não consiste somente da justaposição de uma vogal temática a um radical, o que a tornaria inclusive uma nominalização deverbal mais divergente do que, de fato, ela é. Adicionalmente, a presença mesma do sufixo zero atribui a ela uma estrutura morfológica distinta de um nome como *galo*.

Com relação à adição de uma vogal temática nominal depois do sufixo, há novamente um comportamento generalizado, já que, assim como entende Monteiro (2002), por definição, a vogal temática é aquela à qual se adjungem as desinências flexionais (nesse caso, de número); então, para a formação de *beijos*, por exemplo, o morfema -s apareceria depois da vogal temática. Camara Jr. (1970) entende que isso é o

que ocorre com nomes do tipo de *jantar*, para os quais, a formação de plural (*jantares*) requer a inserção de uma vogal temática nominal que antecede a desinência de plural.

Além disso, uma característica consensualmente reconhecida para a derivação regressiva é a de que a vogal final é idiossincrática, isto é, não há motivações para um nome preferir *-a* ao invés de *-e* ou *-o*, por exemplo; de todo modo, essa é uma propriedade de qualquer nome temático em português. Assim, se a vogal que aparece no final do deverbal regressivo é mesmo uma vogal temática nominal, não haveria razões para se esperar que houvesse coincidência com a vogal temática do verbo.

Adicionalmente, a postulação de uma vogal temática nominal depois do sufixo zero (que, na fonologia, vai se justapor ao lado da vogal temática verbal) tem a vantagem de explicar o aparecimento da semivogal /i/ em *bloqueio*, *passeio*, *rodeio* etc. A respeito disso, Camara Jr. (1970) mostrou que há um fenômeno fonológico geral do português em que sempre que a uma vogal átona é justaposta outra vogal (átona ou tônica), essa primeira vogal átona desaparece¹²; isso pode ser visto em, por exemplo, *meninada* (*menino* + *-ada*), *formoso* (*forma* + *-oso*) etc. Essa característica explica por que, embora na estrutura de base haja uma vogal temática (verbal), a vogal que aparece é a temática nominal, já que esta foi justaposta àquela, como pode ser observado em (16).

- (16) a) [fala]_{BV} [a]_{VTN} → [fala]_N
 b) [corta]_{BV} [e]_{VTN} → [corte]_N
 c) [beija]_{BV} [o]_{VTN} → [beijo]_N

Entretanto, quando o radical do verbo termina em vogal, uma vez que há somente uma vogal átona final apagada pela justaposição, ocorre o encontro entre duas vogais (uma do radical do verbo e a outra, a temática do nome). Assim sendo, quando a vogal temática nominal é *-o* e a vogal do radical é *-e*, ocorre um outro fenômeno fonológico do português, a saber, a inserção de uma semivogal epentética /i/ entre as duas, como se vê em (17). Vale notar que Camara Jr. (1970) já tinha chamado a atenção para esse fenômeno como na formação do feminino europeia a partir de *européu*, em que esse /i/ resulta de uma epêntese e nada tem a ver com exigências morfológicas, mas sim, fonológicas da língua.

- (17) a) [passe]_{BV} [o]_{VTN} → [passeio]_N
 b) [sorte]_{BV} [o]_{VTN} → [sorteio]_N
 c) [flore]_{BV} [o]_{VTN} → [floreio]_N

Ainda sobre a vogal temática nominal, convém notar que a vogal que aparece no final do nome deverbal não é necessariamente a mesma que é encontrada em um nome morfológicamente básico que deu origem ao verbo (que, por sua vez, serviu de base para a formação do nome deverbal, como, em [*fábrica* → *fabricar* → *fabrico*], [*arma* → *desarmar* → *desarme*] e [*força* → *forçar* → *reforçar* → *reforço*]). Spencer (1991) explica que isso se dá por um princípio chamado de opacidade morfológica em que uma palavra não tem acesso ao percurso derivacional do vocábulo que lhe deu origem; assim, a vogal temática de *desarme* é *-e*, mesmo que a vogal temática do nome morfológicamente básico (*arma*) tenha sido *-a*. Isso constitui mais uma evidência em favor da postulação de um sufixo (zero) entre a base e a vogal temática nominal (final)¹³.

Ademais, no que concerne à possibilidade da dupla interpretação de um nome deverbal independentemente da sua forma fonológica (final), Basílio (1980) explica que essa característica não deve ser entendida, de modo algum, como exceção ou idiosincrasia, pois não constitui novidade nenhuma o fato de que nomes (sobretudo deverbais) podem manifestar extensões de significado, sejam elas concretas (como agente, instrumento, locativo) ou abstratas (processo, evento).

Finalmente, no que tange à análise de Lobato (1995) a respeito dos nomes deverbais a partir de um verbo potencial (mas não atestado), não é necessário propor que essa operação ocorra por meio de uma RAE; para esses casos, pode-se postular simplesmente que eles foram derivados por retroformação, mediante reinterpretação de determinada palavra (ou parte dela) para formar outra.

5. Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo discutir as principais propostas que aparecem na literatura para o português acerca da derivação regressiva. Foram mostradas vantagens e desvantagens de cada uma das análises apresentadas e, como resultado, este estudo concluiu que nenhuma delas apresentava uma caracterização adequada e/ou satisfatória para dar conta de todos os fenômenos que subjazem a esse processo de nominalização.

Assim sendo, este estudo apresentou uma proposta alternativa que concilia algumas ideias encontradas na literaturas – sobretudo em Rocha (1998, 1999) e em Monteiro (2002) –, tendo em vista que o tratamento proposto se mostra mais adequado e mais satisfatório para tratar aspectos fonológicos, morfológicos e semânticos da tradicional derivação regressiva em consonância com outros processos de nominalização do português e respeitando propriedades fonológicas gerais dessa língua.

Naturalmente, com base na análise proposta, não faz mais sentido falar em derivação regressiva, já que os argumentos mostrados advogaram em favor de uma derivação sufixal zero – ainda que divergente daquelas apresentadas por Khedi (1992), Rocha (1998, 1999) e Monteiro (2002). Por fim, convém concordar que a análise proposta não é de todo parcimoniosa, ainda assim, ela se mostra diferente daquelas que propõem uma simplificação demasiada do fenômeno e, por outro lado, daquelas igualmente pouco concisas, que não contemplam todas as propriedades subjacentes à derivação por sufixação zero.

Notas

¹ O termo “tradicional” está sendo empregado para se referir aos trabalhos inscritos na abordagem prescritiva da tradição gramatical, tanto de gramáticas normativas quanto de manuais escolares.

² Sandmann (1989) também a chama de “derivação subtrativa”.

³ Cf. Basílio (1980), Gamarski (1988), Khedi (1992), Lobato (1995), Rocha (1998), entre outros.

⁴ A autora usa o termo “verbos frequentativos”.

⁵ Também conhecida na literatura como Regra de Redundância Lexical.

⁶ Basílio (1980).

⁷ Embora esse seja um nome deverbal que aparece mais em locuções como *à(s) custa(s) de*.

⁸ Cf. Sandmann (1992) para uma caracterização alternativa a respeito de como tratar a tradicional derivação regressiva como um processo de sufixação. Na proposta do autor, a vogal final de *fala*, por exemplo, é um sufixo. Para Sandmann, entender essa vogal como sufixo tem as mesmas motivações morfológicas que tomar o *-a* inicial de *ajustar* como prefixo.

⁹ Khedi (1992) também considera a derivação regressiva como uma instância de sufixação zero; todavia, ela difere da análise de Rocha ao entender (pelo menos implicitamente) que a forma de base é uma forma flexionada do verbo; cf. Resende (2016) para uma discussão dessas propostas.

¹⁰ Exemplos de Rocha (1998, p. 183).

¹¹ Com exceção de *análise*, por exemplo.

¹² A respeito disso, alguém poderia argumentar, por exemplo, que o fato de existirem nomes deverbiais tais como *entrega*, *leva*, *protesto*, *acesso*, *quebra* etc., com a vogal da raiz aberta, constitui evidência de que existiu uma vogal temática (verbal) em algum momento da derivação. Assim, nos exemplos mencionados, a queda da vogal temática *a* desencadeou o processo de assimilação dos traços de altura pela vogal do radical (resultando na abertura da vogal em relação à forma de infinitivo, por exemplo) – fenômeno morfofonológico já atestado para o domínio verbal por Harris (1974); todavia, não são raros os exemplos em que essa assimilação não se manifesta; de qualquer forma, tal cenário não é surpreendente já que esse tipo de nome deverbal parece ser, de fato, um campo vasto para idiossincrasias e imprevisibilidades.

¹³ Esse é o mesmo princípio que age, por exemplo, sobre idiossincrasias suprasegmentais subjacentes a esse tipo de nome; por exemplo, em alguns nomes deverbiais ocorre uma mudança de acento (idiossincrática) que não se verifica nos verbos que lhes deram origem, tais como *dúvida* de *duvidar*, *intérprete* de *interpretar* etc. Tal fenômeno é o que Rocha (1998) chama de “lexicalização prosódica”.

Referências

- BASÍLIO, Margarida. **Estruturas lexicais da língua portuguesa**: uma abordagem gerativa. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1987.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.
- GAMARSKI, Léa. **A derivação regressiva**: um estudo da produtividade lexical em português. Goiânia: UFG, 1988.
- HARRIS, James. Evidence form Portuguese for the elsewhere condition in Phonology. **Linguistic inquiry**. Massachusetts. v. 5. n 1. p. 61-80. 1974.
- KHEDI, Valter. **Formação das palavras em português**. São Paulo: Ática, 1992.
- LOBATO, Lúcia. A derivação regressiva em português: conceituação e tratamento gerativo. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias (Orgs.). **Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 205-230. 1995.
- LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 15. ed. São Paulo: Globo, 2002.
- MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- RESENDE, Maurício Sartori. **Derivação regressiva e construções com verbos leves**: um estudo sobre aspecto lexical. 2016. 124f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- ROCHA, Luiz Carlos Assis. **Estruturas morfológicas do português**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. A nominalização no português do Brasil. **Estudos linguísticos**. Belo Horizonte. v. 8. n. 1. p. 5-51. jan./jul. 1999.
- SANDMANN, Antônio José. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. Curitiba: UFPR, 1989.
- _____. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.
- SPENCER, Andrew. **Morphological theory**: an introduction to word structure in generative grammar. Cambridge: Blackwell, 1991.

Para citar este artigo



RESENDE, Maurício Sartori. Reconciliando propostas lexicalistas para a derivação regressiva. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 5, n. 2, p. 53-66, jul.-dez. 2016.

O autor

Maurício Resende é Bacharel em Linguística, Licenciado em Letras Português pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atualmente é aluno do Programa de Doutorado em Linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).